

ESPECIAL ELEIÇÕES EUROPEIAS 2024

AS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO
EUROPEU CONDICIONAM AS POLÍTICAS
EUROPEIAS

Com o aproximar das eleições para o Parlamento Europeu ("PE") e o crescimento dos partidos mais radicais, alguns observadores acusam a Comissão Europeia ("CE") de ter vindo a abandonar ou a suavizar algumas medidas relativas à saúde e às regras agrícolas e ambientais, entre outras, visando reduzir a contestação de certas classes profissionais como os agricultores.

Após muita especulação, Úrsula Von der Leyen anunciou a disponibilidade para concorrer a um novo mandato na CE como candidata principal do Partido Popular Europeu ("PPE") às eleições europeias de junho, caso assim o entenda o PPE. O anúncio foi feito em Berlim, durante uma conferência de imprensa num evento do seu partido, a União Democrata-Cristã ("CDU") em Berlim.

"Candidatei-me em 2019 porque acredito firmemente na Europa. A Europa é a minha casa, tal como a Baixa Saxónia. E quando me perguntaram se me imaginava como Presidente da Comissão Europeia, respondi imediatamente que sim. Hoje, 5 anos depois, estou a tomar uma decisão muito consciente", disse, após o anúncio. Embora Von der Leyen tenha acabado de anunciar esta decisão, é provável que a sua candidatura venha a ser preparada há já vários meses. Entre um misto de receio de perder eleitorado para a extrema direita e o objetivo de agradar ao maior número possível de eleitores europeus, alguns observadores referem a desistência, suavização ou congelamento de algumas propostas da CE em matérias sensíveis, parte delas "bandeiras" da própria Von der Leyen, talvez para evitar que lhe custem votos nas eleições europeias.

São muitos os exemplos, sobretudo (mas não só) relativos às alterações climáticas, agricultura, alimentação, álcool e tabaco, propostas quase sempre objeto de oposição de vozes conservadoras, incluindo da família política de Von der Leyen, de lobbies do setor químico e agrícola e de deputados europeus. Os agricultores, que continuam a protestar por toda a Europa, pedem mais proteção económica, menos regulamentação e maior flexibilidade na nova Política Agrícola Comum: uma das propostas mais sonantes e polémicas, a redução para metade da utilização de pesticidas até 2030, já foi retirada.

Ao mesmo tempo, também devido à grande oposição, a atual Presidente da CE parece estar a desvalorizar o Pacto Ecológico Europeu. À última hora, a Comissão fez discretamente algumas alterações, procurando transformar as políticas para tornar a Europa neutra em termos climáticos até 2050 mais favoráveis aos agricultores, preservando simultaneamente a biodiversidade.

Sacrificar propostas climáticas para recuperar o apoio da comunidade agrícola pode, neste contexto, fazer sentido. *"Os agricultores precisam de um argumento comercial válido para as medidas de proteção climáticas. Talvez não o tenhamos apresentado convincentemente",* afirmou ela. Além de anunciar planos para proteger os agricultores da concorrência dos produtos mais baratos provenientes da Ucrânia, também prometeu que a CE permitirá a utilização de terras que anteriormente eram obrigatoriamente mantidas em pousio por razões ambientais. Isto é, embora uma das Boas Condições Agrícolas e Ambientais (impostas pelo Regulamento 73/2009 aos agricultores, sujeitos à condicionalidade para poderem beneficiar de apoios europeus) exija que uma proporção mínima das terras aráveis seja consagrada a zonas ou características não produtivas, a CE vai reduzir essa exigência, continuando os agricultores elegíveis para receber os subsídios correspondentes. Além disso, várias iniciativas da estratégia "Do Prado ao Prato", com o objetivo de promover uma alimentação e agricultura sustentáveis, não foram apresentadas. A lei sobre os sistemas alimentares sustentáveis, alegadamente a espinha dorsal da estratégia, aprovada pelo Conselho de Controlo de

Qualidade da UE, foi adiada sem grande explicação. Não é claro se as propostas foram descartadas em definitivo, ou se regressarão quando a situação estabilizar.

Esta aparente tendência, de acordo com os comentadores e analistas, parece também ser um sinal de desconforto entre os principais partidos europeus devido à ascensão do extremismo, sobretudo a extrema direita, pelo menos consoante as sondagens mais recentes em vários países europeus.

A agricultura e o clima não são os únicos problemas. No mês passado, a CE deveria ter publicado uma proposta de recomendação sobre espaços sem fumo, cujo objetivo era proteger os cidadãos europeus da exposição ao fumo passivo. A proposta não chegou a ser apresentada.

Outra proposta, para harmonizar, ou até aumentar, os impostos sobre o tabaco, parece também ter sido esquecida. Tratando-se de iniciativas de prevenção do cancro no âmbito do Plano Europeu de luta contra o cancro, poderiam ajudar a mudar comportamentos e a diminuir o risco da doença; mas são iniciativas que, nesta altura, podem alienar franjas relevantes do eleitorado. Também no seguimento desse plano, a Comissão deveria ter publicado (em 2022) uma proposta de regulamento de Rotulagem dos géneros alimentícios que revise as regras relativas à informação prestada aos consumidores sobre bebidas alcoólicas. Não há novidades quanto a este tema.

Paralelamente, um novo pacote de regras de bem-estar para os animais de criação, para começar a eliminar gradualmente a utilização de jaulas, estava pronto para ser lançado no verão passado; foi adiado indefinidamente. Os lobbies do setor pecuário criticaram fortemente essas regras, o que, mais uma vez, pode (ou não) ter levado Von der Leyen a não terminar o que tinha começado. Em dezembro de 2023, a Comissão apresentou uma versão reduzida desse pacote, que muito provavelmente não será aprovada antes das eleições europeias.

Já a Diretiva relativa à Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas, que alterou a Diretiva 2013/34/EU, exige a inclusão no relatório de gestão de certas empresas de informações relativas à sustentabilidade da sua atividade e de que forma esta pode afetar o seu desenvolvimento e desempenho. Em julho de 2023, a Comissão adotou as primeiras normas e padrões transversais na matéria, para facilitar a comunicação desse tipo de informações. Seguiram-se regras setoriais para as PME e as empresas de países terceiros com volume de negócios de 150 milhões de euros na UE, que tenham aqui pelo menos uma filial ou sucursal. O início da aplicação dessas novas regras estava previsto para 30 de junho de 2024, mas a Comissão propôs o adiamento para 30 de junho de 2026, respondendo a pedidos do setor empresarial, proposta acolhida favoravelmente pelo Conselho da União Europeia e pelo Parlamento Europeu. Assim, alguns setores e empresas de países terceiros só terão de apresentar relatórios de sustentabilidade dentro de dois anos.

Parece claro que a Europa não está a progredir suficientemente para poder atingir os seus objetivos climáticos, especialmente no contexto da agricultura. No entanto, as presentes circunstâncias podem ter retirado o Pacto Ecológico Europeu da lista de prioridades.

Von der Leyen é reconhecida (e criticada) pelas suas políticas ambiciosas e tendência para fazer uma microgestão da legislação e das políticas europeias. O seu posicionamento atual, parecendo querer agradar ao maior número possível de eleitores, pode fazer da sua candidatura uma espécie de "escolha de compromisso". E, se algumas das políticas que estiveram no âmago da estratégia da

Comissão nesta legislatura (em particular a transição climática), parecem agora estar em regressão. Por outro lado, a aposta na segurança e defesa europeias surge cada vez mais evidente.

Será que o reforço das bancadas mais radicais na cena europeia significará um retrocesso ainda maior para o Pacto Ecológico Europeu e para as políticas climáticas em geral? Apesar de a agenda da Sustentabilidade estar lentamente a perder ímpeto, talvez a (nova) Comissão seja suficientemente forte para a manter de pé.